

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 – JURISDIÇÃO ESTATAL E CRISE DO PODER JUDICIÁRIO	21
2 – CONFLITOS DE TRABALHO	27
2.1 Classificação	30
3 – FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS	35
3.1 Classificação	35
3.1.1 Meios autocompositivos	39
3.1.2 Meios heterocompositivos	48
4 – ASPECTOS GERAIS DA ARBITRAGEM	51
4.1 Origens históricas	51
4.2 Conceito	58
4.3 Natureza jurídica	60
4.4 Institutos afins e distinções relevantes	66
4.5 Algumas vantagens da arbitragem em relação à solução jurisdicional	68
5 – CLASSIFICAÇÃO DA ARBITRAGEM	75
5.1 Quanto à obrigatoriedade – obrigatória ou facultativa	75
5.2 Quanto à forma de aplicação – de direito ou de equidade	79
5.3 Quanto ao espaço – internacional ou interna	80
5.4 Quanto à forma de surgimento – institucional ou <i>ad hoc</i>	82
6 – ASPECTOS NORMATIVOS	83
6.1 Previsão constitucional	83
6.2 Previsão legal	86

7 – ARBITRAGEM E CONFLITOS INDIVIDUAIS DO TRABALHO.....	91
7.1 Acesso à justiça.....	92
7.1.1 Inafastabilidade da jurisdição estatal.....	95
7.2 Objeto litigioso no juízo arbitral.....	101
7.2.1 Flexibilização de direitos trabalhistas.....	101
7.2.2 Indisponibilidade de direitos trabalhistas.....	104
7.3 Implementação da arbitragem nos conflitos individuais: compromisso arbitral e cláusula compromissória.....	118
7.4 Lei de Arbitragem e conflitos individuais.....	125
8 – ASPECTOS PROCESSUAIS.....	131
8.1 Árbitros.....	131
8.2 Procedimento arbitral.....	133
8.3 Decisão arbitral.....	137
CONCLUSÕES.....	143
REFERÊNCIAS.....	147
ÍNDICE ALFABÉTICO.....	153